

regimentais previstas nos termos do art. 17, inciso VIII, do Decreto n.º 8978, de 31 de janeiro de 2000 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a instituição do Planejamento Estratégico 2021-2025 da SUPEL, através da Portaria n.º 116 de 14 de setembro de 2021 (id 0020651881), suas diretrizes estratégicas e valores consoante a lógica de cooperação, transparência, eficiência e resolutividade,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Rafaela Ramiro Pontes**, matrícula n.º 300178900, Assessor VII, para substituir o titular, **Marcos Gabriel Nascimento Araújo**, matrícula n.º 300169463, Chefe de Gabinete da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia, em suas ausências e impedimentos legais, ou representá-lo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Amanda Talita de Sousa Galina

Diretora-Executiva - SUPEL/RO

Protocolo 0030383652

ATA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/ 2022/SUPEL_RO**

Origem:	Pregão Eletrônico nº 314/ 2022			
Data da Publicação no DOE:	12/ 07/2022	Data da Publicação da Homologação:	08/ 07/2022	Processo nº 0009.070139/ 2022-54
Órgão Participante:	Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER			
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL			

CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições, servidas em vasilhames adequados, para atender as Residências Regionais, Usinas de Asfaltos, DER/RO, visando atender as necessidades do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador - Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B.

Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021. a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/12715>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 12/07/2022, às 13:38

e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1º do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

CLÁUSULA VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

CLÁUSULA VIII - DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	Desjejum- LOTE 01: Município de Alvorada d' Oeste (Residência Regional de Alvorada do Oeste)	13.200,00	UND		R\$ 9,92	R\$ 6,97	- 29,74	PATRICIA DIAS GOES
0002	Almoço- LOTE 01: Município de Alvorada d' Oeste (Residência Regional de Alvorada do Oeste)	13.200,00	UND		R\$ 18,40	R\$ 14,37	- 21,90	PATRICIA DIAS GOES
0003	Lanche da Tarde- LOTE 01: Município de Alvorada d' Oeste (Residência Regional de Alvorada do Oeste)	13.200,00	UND		R\$ 10,80	R\$ 7,28	- 32,59	PATRICIA DIAS GOES
0004	Desjejum- LOTE 02: Município de Município de Rolim de Moura (Regional de Rolim de Moura e Usina de Rolim de Moura)	25.872,00	UND		R\$ 14,31	R\$ 8,15	- 43,05	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0005	Almoço- LOTE 02: Município de Município de Rolim de Moura (Regional de Rolim de Moura e Usina de Rolim de Moura)	25.872,00	UND		R\$ 19,27	R\$ 14,00	- 27,35	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA

0006	Lanche da Tarde- LOTE 02: Município de Município de Rolim de Moura (Regional de Rolim de Moura e Usina de Rolim de Moura)	25.872,00	UND		R\$ 10,80	R\$ 7,92	- 26,67	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0007	Desjejum- LOTE 03: Município de Cacoal (Residência Regional de Cacoal e Usina de Asfalto de Cacoal)	35.640,00	UND		R\$ 8,13	R\$ 6,87	- 15,50	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0008	Almoço- LOTE 03: Município de Cacoal (Residência Regional de Cacoal e Usina de Asfalto de Cacoal)	35.640,00	UND		R\$ 16,60	R\$ 14,50	- 12,65	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0009	Lanche da Tarde- LOTE 03: Município de Cacoal (Residência Regional de Cacoal e Usina de Asfalto de Cacoal)	35.640,00	UND		R\$ 7,45	R\$ 6,45	- 13,42	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0010	Desjejum- LOTE 04: Município de Pimenta Bueno (Residência Regional de Pimenta Bueno)	19.800,00	UND		R\$ 8,13	R\$ 7,00	- 13,90	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0011	Almoço- LOTE 04: Município de Pimenta Bueno (Residência Regional de Pimenta Bueno)	19.800,00	UND		R\$ 16,60	R\$ 14,00	- 15,66	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0012	Lanche da Tarde- LOTE 04: Município de Pimenta Bueno (Residência Regional de Pimenta Bueno)	19.800,00	UND		R\$ 7,45	R\$ 6,50	- 12,75	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0013	Desjejum- LOTE 05: Município de Ji-Paraná (Residência Regional de Ji-Paraná e Usina de Ji-Paraná)	40.920,00	UND		R\$ 8,13	R\$ 7,00	- 13,90	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0014	Almoço- LOTE 05: Município de Ji-Paraná (Residência Regional de Ji-Paraná e Usina de Ji-Paraná)	40.920,00	UND		R\$ 16,60	R\$ 14,50	- 12,65	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0015	Lanche da Tarde- LOTE 05: Município de Ji-Paraná (Residência Regional de Ji-Paraná e Usina de Ji-Paraná)	40.920,00	UND		R\$ 7,45	R\$ 6,50	- 12,75	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA
0016	Desjejum- LOTE 06:Distrito de extrema (Residência Regional de Extrema)	13.200,00	UND		R\$ 8,13	R\$ 7,30	- 10,21	QUALITY FORNECIMENTO DE ALIMENTOS LTDA
0017	Almoço- LOTE 06:Distrito de extrema (Residência Regional de Extrema)	13.200,00	UND		R\$ 16,60	R\$ 16,60	0,00	QUALITY FORNECIMENTO DE ALIMENTOS LTDA
0018	Lanche da Tarde- LOTE 06:Distrito de extrema (Residência Regional de Extrema)	13.200,00	UND		R\$ 7,45	R\$ 7,45	0,00	QUALITY FORNECIMENTO DE ALIMENTOS LTDA

ORGÃO GERENCIADOR:**GENEAN PRESTES DOS SANTOS**

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

AMANDA TALITA DE SOUSA GALINAISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Diretora Executiva/SUPELSuperintendente Estadual de Compras e Licitações

EMPRESA(S) DETENTORA(S):**Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata**

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
13.311.700/0001-49	PATRICIA DIAS GOES	AV PARANA, 4172 - SANTA FELICIDADE	ALTA FLORESTA D'OESTE - RO	MARLI AMBROSIO	389.059.302-04	(69) 3641-2018

17.079.925/0001-72	CALECHE COMERCIO E SERVICOS LTDA	RUA MENEZES FILHO, SALA A, 3394 - CASA PRETA	JI-PARANA - RO	LEONARDO SCARONE PINTOS	014.349.582-80	(69) 3422-67990/ 99753-3320 /3423 - 0823
11.437.121/0001-11	QUALITY FORNECIMENTO DE ALIMENTOS LTDA	AV DO TURISMO , 1601 - PONTA NEGRA	MANAUS - AM	RAIAN UCHOA DUARTE	024.768.363-97	(92) 98426-9917

Protocolo 0030377204

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/ 2022/SUPEL_RO				
Origem:	Pregão Eletrônico nº 025/ 2022			
Data da Publicação no DOE:	12/ 07/2022	Data da Publicação da Homologação:	04/ 07/2022	Processo nº 0036.141734/ 2021-73
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Saúde - SESAU			
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL			

CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESCARTÁVEL (COPOS, TAMPAS, BOBINAS PLÁSTICAS E OUTROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SETORES DE NUTRIÇÃO DAS UNIDADES HOSPITALARES, a pedido da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.

CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador - Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput do artigo 23B.

Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor